

Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO:

1.1 - Registro de preço visando eventual e futura Registro de preço para futura contratação de serviços de internação em clínica especializada, em regime de contenção(internação voluntária, involuntária ou por ordem judicial) de adolescentes e adultos que necessitam de tratamento de dependência química e / ou com transtornos mentais relacionados, usuários da rede pública de saúde do município de Bocaina de Minas, pelo período de 12 meses, conforme condições e especificações contidas neste termo.

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1 - A contratação tem por objetivo dar suporte mais intensivo nos casos de pacientes do SUS que apresentam uso abusivo de álcool e drogas, ou possuam transtornos mentais e estejam em situação de risco grave, possibilitando o acesso ao tratamento adequado visando a sua reabilitação e reintegração a sociedade e para atendimento imediato as demandas judiciais para as internações compulsórias que por ventura sejam demandadas contra o município.

3 - DA ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA

3.1 - Considerando as características dos serviços a ser contratado, o objeto desta contratação pode ser caracterizados como serviços comuns, possuindo, desse modo, padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente e amplamente encontrados no mercado correlato, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 10.520, de 2002.

?3.2 - JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SRP:

3.2.1 - A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pelo Município, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda das Secretarias Municipais.

?4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA - Vagas em clínica especializada em tratamento de dependência química, em regime de contenção (internação voluntária, involuntária ou por ordem judicial), para internação de usuários do sexo feminino que necessitam de tratamento de dependência química, além de comorbidades relacionadas.		24
2	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA - Vagas em clínica especializada em tratamento de dependência química, em regime de contenção (internação voluntária, involuntária ou por ordem judicial), para internação de usuários do sexo masculino que necessitam de tratamento de dependência química, além de comorbidades relacionadas.	SV	24



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

Item	Descrição	Unid.	Quant.
3	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA - Vagas em clínica especializada em tratamento de transtornos mentais graves, em regime de contenção (internação voluntária, involuntária ou por ordem judicial), para internação de pacientes do sexo feminino que necessitam de tratamento de transtornos mentais graves, além de comorbidades relacionadas.	SV	24
4	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICA - Vagas em clínica especializada em tratamento de transtornos mentais graves, em regime de contenção (internação voluntária, involuntária ou por ordem judicial), para internação de pacientes do sexo masculino que necessitam de tratamento de transtornos mentais graves, além de comorbidades relacionadas.	SV	24

4.1. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1.1. A internação de cada paciente encaminhado será de no máximo 6 (seis) meses. Eventual prorrogação deverá ser previamente consultada a Secretaria Municipal de Saúde, enviando a esta, Relatório Médico embasado demonstrando a necessidade, podendo a Secretaria Municipal de Saúde requerer avaliação/perícia médica prévia, conforme o caso. Em caso de prorrogação, esta será pelo prazo máximo de 3 (três) meses.
- 4.1.2. A contratada deverá dispor de atendimento por Equipe Multiprofissional, composta por Psiquiatra, Psicólogo, Fisioterapeuta/Educador Físico/Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico responsável, Enfermeiro e equipe técnica de enfermagem equipe de apoio, especializados em tratamento e reabilitação de pacientes com dependência química, transtornos mentais graves, ou com ambos.
- 4.1.3. A instituição contratada deverá contar diariamente com enfermeiro, psicólogo e assistente social; dispor de atendimento médico psiquiátrico sempre que necessário, bem como dos demais profissionais acima citados. Será imprescindível a presença de Equipe Técnica permanentemente.
- 4.1.4. O tratamento deverá envolver atividades de laborterapia, atendimento psicológico, desenvolvimento de atividades pedagógicas, físicas, culturais, artísticas e outras.
- 4.1.5. O tratamento deverá ter como proposta o envolvimento da família do interno no Projeto Terapêutico, para que sejam preservados e/ou melhorados os vínculos familiares e alcançar a compreensão e colaboração necessárias para a recuperação dos pacientes.
- 4.1.6. O tratamento deverá ser executado de acordo com as melhores técnicas, com total observância da legislação inerente a esta questão, em especial: o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Decreto-Lei 891/38, capítulo III- Da Internação e da Interdição Civil; da Lei 10216/2001; e Resolução RDC nº 101 de maio de 2001.
- 4.1.7. Dispor de estrutura física adequada com unidades de alojamento quartos para no máximo 6 (seis) pessoas, refeitório, área de lazer para atividades físicas e culturais.
- 4.1.8. A contratada deverá possuir alojamentos/estabelecimentos separados para a internação e tratamento de pacientes do sexo feminino e para pacientes do sexo masculino.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

- 4.1.9. Deverá ser fornecido aos pacientes alimentação de boa qualidade, seguindo normas vigentes da Vigilância Sanitária, sendo servido quatro refeições diariamente.
- 5.10. O interno deverá receber toda a assistência necessária, incluindo condições de asseio e higiene, alimentação, assistência médica, medicamentos, materiais necessários para o desenvolvimento de atividades e demais materiais que se fizerem necessários no período de internação.
- 4.1.11. O interno deverá ser tratado com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação e inserção na família e comunidade.
- 4.1.12. A contratada deverá dispor de infraestrutura adequada ao tratamento com as características solicitadas, devendo aceitar pacientes que preencherem um ou ambos dos seguintes critérios:
- 4.1.12.1. Paciente encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, tanto voluntariamente quanto involuntariamente, para tratamento;
- 4.1.12.2. Existência de ordem judicial para tratamento do paciente.
- 4.1.13. Deverá possuir suporte para Atendimento Médico de Urgência e Emergência aos internados quando em crise de abstinência ou em fase de uso de drogas e álcool ou ainda quando do aparecimento de intercorrências clínicas e psiquiátricas.
- 4.1.14. A contratada deverá possibilitar visitas periódicas de Equipe Técnica designada pela Secretaria Municipal de Saúde para acompanhamento do tratamento; deverá apresentar relatório mensal detalhado sobre atividades e tratamentos a que se submeteram os pacientes internados bem como a evolução dos mesmos.
- 5.15. A contratada deverá se comprometer a comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde e Ministério Público, qualquer intercorrência que signifique a saída do interno da Instituição (ex.: alta definitiva, alta terapêutica, fuga, alta a pedido, internação em hospital devido a algum problema de saúde que assim o exija, etc.). Em caso de fuga a Clínica ficará responsável pelo paciente e seu retorno à Instituição para retomada do tratamento.
- 4.1.16. No caso de existir o desligamento do interno, seja por ordem judicial, seja por ordem dos responsáveis (alta a pedido), ou qualquer outro motivo, o valor a ser pago deverá ser proporcional aos dias de efetiva internação.
- 4.1.17. À Contratante reserva-se o direito de averiguar, in loco, com Equipe Técnica designada pela Secretaria Municipal de Saúde, as condições apresentadas pelo vencedor deste Pregão, antes da assinatura do contrato.
- 4.1.18. Antes da contratação será realizada vistoria da equipe técnica de Bocaina de Minas, sendo observadas condições de segurança, ventilação, circulação, higiene, boa ambiência e boas condições sanitárias, dentre outras pertinentes à contratação. (essa é outra opção do parágrafo acima)
- 4.1.18. A Contratante terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, o fornecimento do serviço prestado em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos, total ou parcialmente, fixando prazo para a devida regularização.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

- 4.1.19. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, refazer/reconstruir ou substituir às suas expensas e dentro do prazo estipulado pela Secretaria Municipal de Saúde, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verifiquem vícios, defeitos, falhas ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação;
- 9.1.20 Prestar serviços de remoção de pacientes se for solicitado pela secretaria requisitante, em ambulância básica e/ou avançada, incluindo equipe completa conforme o tipo da remoção, combustível, seguro, oxigênio e todos demais custos necessários à prestação dos serviços;
- 9.1.21 Os veículos utilizados deverão estar em perfeitas condições de uso e devidamente documentados;
- 4.1.22. A Contratada compromete-se a fornecer infraestrutura que a permita receber os pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana.

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

- 5.1 O prazo de vigência da ata será **12 (doze) meses,** contados a partir da data de assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO.
- 5.1.1 No caso de assinatura eletrônica, o prazo de vigência começará a contar a partir da última assinatura.

6 - DA EXECUÇÃO DO OBETO

- 6.1 O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Compras ou pelo setor requisitante da(o) **Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas**.
- 6.2 O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia da administração, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual;
- 6.3 Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:
- 6.3.1. Iniciar os serviços no prazo máximo de 12 (doze) horas contados da comunicação da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações constantes no item descritas no item 4 deste Termo de Referência

7 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

7.1 - O setor competente não aceitará e não receberá qualquer serviço com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as correções ou refazer os serviços necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

- 7.2 A entrega do(s) serviço(s) deverá(ão) ser feita(s), logo após a execução e conclusão do(s) serviço(s), cabendo ao responsável pelo setor requisitante ou quem ele indicar, conferir e receber.
- 7.3 O recebimento provisório, realizado pelo setor competente, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;
- 7.4 O recebimento definitivo, realizado pelo setor competente, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

8 - DO TIPO DE JULGAMENTO

8.1 - O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO**, desde que observadas às especificações e demais condições que serão estabelecidas no edital e seus anexos.

9 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1 - DA CONTRATADA

- 9.1.1 Entregar os serviços dentro dos padrões de qualidade;
- 9.1.2 Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega do objeto contratado.
- 9.1.3 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, corrigindo ou refazendo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
- 9.1.4 O(s) serviço(s) quando cabível necessitam estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT (NBR) e demais Normas Internacionais certificadas pela ABNT ainda, atender a legislação pertinente, as de preservação do meio ambiente: Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, MINISTÉRIO DA SAÚDE MS/ANVISA e Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990.
- 9.1.5 Observar os princípios de sustentabilidade em consonância com art. 3º do Estatuto das Licitações, e observar as normas do INMENTRO quando cabível.
- 9.1.6 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, dos produtos e materiais utilizados quando necessário, substituindo ou refazendo os serviços, no prazo de 24 horas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive a rescisão contratual;
- 9.1.7 Observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

- 9.1.8 Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados;
- 9.1.9 Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado.
- 9.1.10 Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante.

9.2 - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 9.2.1 A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado a Administração, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelos fiscais, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 9.2.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Administração, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Administração a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.
- 9.2.3 Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Administração, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a Administração, mediante a adoção das seguintes providências:
- a) Dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) Medida judicial apropriada, a critério da Administração.

9.3 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.3.1 Emitir Pedido de Compra.
- 9.3.2 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- 9.3.3 Rejeitar todo e qualquer serviço e/ou material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.
- 9.3.4 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do objeto, se não abordadas no Termo de Referência.
- 9.3.5 Fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 9.3.6 Fiscalizar o controle mensal dos procedimentos dos exames realizados.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

- 9.3.7 Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.
- 9.3.8 Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.
- 9.3.9 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais.
- 9.3.10 Aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.
- 9.3.11 Modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.
- 9.3.12 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida lei.
- 9.3.13 Denunciar o CONTRATADO ao SUS e ao CRF ou CRBM MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética farmacêutica e/ou biomédica.

10 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 O gerenciamento da ata de registro de preço caberá ao(a) Sr(a) Tatiane Aparecida Diniz Vani Secretaria de Assistência Social, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto.
 - 10.1.1 Caberá ao gestor indicar o fiscal com atribuição de acompanhar a execução do ajuste.
- 10.2 Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para o MUNICÍPIO ou modificação da contratação.
- 10.3 As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor da Ata de Registro de Preço, deverão ser solicitadas formalmente pela contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- 10.4 A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

10.5 - A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva das contratadas, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **CONTRATANTE** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do Município de Bocaina de Minas ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao Município de Bocaina de Minas dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao **Departamento de compras**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.
- 11.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o) Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, CNPJ nº 18.194.076/0001-60, situada a Rua Capitão João Mariano Dias, 86, Centro, Bocaína de Minas.
- 11.3 O pagamento será efetuado até o 30º dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas.
- 11.4 Além da nota fiscal e/ou fatura dos serviços executados, as empresas deverão apresentar os documentos de regularidade fiscal que estiverem com as datas vencidas, sendo eles:
 - 11.4.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, que também abrange a prova de regularidade com a Previdência Social (CND Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS Instituto Nacional de Seguro Social), dentro de seu período de validade;
 - 11.4.2 Prova de regularidade com o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 11.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

12 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 - A presente Ata poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

13 - SANÇÕES

- 13.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
 - 13.1.1 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30° (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência.



Rua Capitão João Mariano Dias, nº 86, Centro, Bocaína de Minas - MG

CNPJ: 18.194.076/0001-60

13.1.2 - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

- 13.1.3 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- 13.2 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela Contratante no prazo máximo de 3(três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 13.3 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 13.4 O fornecedor, deixando de entregar documento exigido, apresentado documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Bocaina de Minas, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

14 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 14.1 As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis
- 14.2 Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Prefeitura Municipal de B	ocaina de Minas, 25/05/2022.
	Tatiane Aparecida Diniz Vani
	Secretário(a) Municipal de Assistência Social